

RECURSO ESPECIAL Nº 1.836.364 - RS (2019/0265404-3)
RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
RECORRENTE : PAULO ROBERTO FREITAS VEIGA
ADVOGADO : RENATO AMARAL CORRÊA E OUTRO(S) - RS043193
RECORRIDO : FAZENDA NACIONAL

RELATÓRIO

1. Trata-se de Recurso Especial interposto por PAULO ROBERTO FREITAS VEIGA, com fundamento nas alíneas *a* e *c* do art. 105, III da CF/1988, no qual se insurge contra acórdão proferido pelo egrégio TRF da 4a. Região, assim ementado:

IMPOSTO DE RENDA. ISENÇÃO. ART. 60., INCISO XIV DA LEI 7.713, DE 1988. CARDIOPATIA GRAVE.

Para efeitos de isenção de imposto de renda, a moléstia há de ser atual (o aposentado deve ser portador dela), não sendo razoável que o fato de ter sido portador de cardiopatia grave no passado garanta indefinidamente ao contribuinte o direito de isenção de imposto de renda, mormente quando submetido a cirurgias bem sucedidas que acabaram por reverter o quadro da doença (fls. 845/851 e 992/993).

2. Na origem, a parte recorrente ajuizou Ação Declaratória c/c Repetição de Indébito em face da UNIÃO, na qual postula o reconhecimento da isenção de Imposto de Renda sobre proventos de aposentadoria a que se refere o art. 60., XIV da Lei 7.713/1988.

3. Em sua petição inicial, narra que é portadora de cardiopatia grave (lesão severa no segmento distal da coronária direita) desde o ano de 2009, o que lhe confere o direito em comento. Pleiteia, ao final, o reconhecimento em definitivo da isenção, bem como que lhe sejam restituídos os valores pagos dentro do prazo prescricional de cinco anos.

4. A sentença (fls. 601/606) julgou parcialmente procedente o pedido, admitindo o direito à isenção apenas para o exercício de 2016, ano em que a parte recorrente sofreu, novamente, com um episódio da cardiopatia que lhe

Superior Tribunal de Justiça

acomete. Para tanto, o Magistrado entendeu que o sucesso terapêutico no tratamento da moléstia afastaria o direito à isenção, pois esta deveria ser contemporânea à duração dos sintomas.

5. Interposta Apelação (fls. 611/621), a Corte de origem negou-lhe provimento, por meio do acórdão cuja ementa se transcreveu acima.

6. Opostos Embargos de Declaração em face do aresto, estes foram rejeitados (fls. 1.023/1.030).

7. Nas razões de seu Recurso Especial, a parte recorrente aponta violação do art. 60., XIV da Lei 7.713/1988. Aduz para tanto, em síntese, que seria desnecessária a contemporaneidade dos sintomas em relação ao gozo da isenção, pois *a finalidade do benefício é diminuir o sacrifício dos aposentados, aliviando-os dos encargos financeiros* (fls. 1.054). Indica, também, a existência de dissídio jurisprudencial em relação a acórdão paradigma do egrégio TRF da 3a. Região, que decidiu em sintonia com a argumentação lançada no Apelo Nobre.

8. Com contrarrazões (fls. 1.083/1.092), o Apelo Nobre foi admitido na origem (fls. 1.097). É o relatório.

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.836.364 - RS (2019/0265404-3)
RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
RECORRENTE : PAULO ROBERTO FREITAS VEIGA
ADVOGADO : RENATO AMARAL CORRÊA E OUTRO(S) - RS043193
RECORRIDO : FAZENDA NACIONAL

VOTO

DIREITO TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. ISENÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA SOBRE PROVENTOS DE APOSENTADORIA. PARTE RECORRENTE ACOMETIDA POR CARDIOPATIA GRAVE. CONTEMPORANEIDADE DOS SINTOMAS. DESNECESSIDADE. SÚMULA 627/STJ. RECURSO ESPECIAL DO CONTRIBUINTE A QUE SE DÁ PROVIMENTO, A FIM DE JULGAR PROCEDENTES OS PEDIDOS INICIAIS.

1. *Inicialmente, é importante ressaltar que o presente Recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo 3 do STJ, segundo o qual, aos recursos interpostos com fundamento no Código Fux (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016), serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo Código.*

2. *A controvérsia de mérito da causa cinge-se a definir se a isenção do Imposto de Renda referida no art. 6º., XIV da Lei 7.713/1988 exige a contemporaneidade dos sintomas da doença que acomete o contribuinte; ou se, ao revés, tal requisito é dispensável, bastando a comprovação do acometimento de alguma das moléstias listadas no dispositivo.*

3. *A parte recorrente foi diagnosticada com cardiopatia grave, determinada pela oclusão, parcial ou completa, de um ou mais vasos coronarianos, artérias que irrigam o músculo cardíaco (fls. 848). Tal circunstância foi certificada pela sentença, após a produção de prova pericial, e pelo acórdão recorrido, que adotou os fundamentos do Juízo Sentenciante como razões decisórias.*

4. *Não pairam dúvidas, por conseguinte, quanto ao diagnóstico da parte recorrente. O argumento utilizado pelas instâncias ordinárias para negar-lhe a isenção foi, somente, a inexistência de atualidade dos sintomas, em razão do sucesso no tratamento da cardiopatia, por meio de intervenção cirúrgica realizada em 2016.*

5. *Diante do cenário delineado pelo aresto impugnado, percebe-se que este encontra-se em contrariedade com o*

Superior Tribunal de Justiça

entendimento deste Tribunal Superior. Afinal, conforme a Súmula 627/STJ, a contemporaneidade dos sintomas não é um dos requisitos para a concessão da isenção prevista no art. 60., XIV da Lei 7.713/1988. Julgados: AgInt nos EDcl no REsp. 1.781.099/MG, Rel. Min. SÉRGIO KUKINA, DJe 29.4.2019; RMS 57.058/GO, Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, DJe 13.9.2018; REsp. 1.706.816/RJ, Rel. Min. OG FERNANDES, DJe 18.12.2017.

6. *O referido benefício independe da presença, no momento de sua concessão ou fruição, dos sintomas da moléstia, pois é de conhecimento comum que determinados males de saúde exigem, da pessoa que os teve em algum momento de sua vida, a realização de gastos financeiros perenes - relacionados, por exemplo, a exames de controle ou à aquisição de medicamentos.*

7. *Recurso Especial do Contribuinte a que se dá provimento, a fim de julgar procedentes os pedidos iniciais, para: (a) declarar o seu direito à isenção do Imposto de Renda a que se refere o art. 60., XIV da Lei 7.713/1988; e (b) condenar a UNIÃO ao ressarcimento do Imposto de Renda incidente sobre os proventos de aposentadoria oficial e complementar, desde o ano-base de 2011 (objeto da Declaração de Ajuste de 2012).*

1. Inicialmente, é importante ressaltar que o presente Recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo 3 do STJ, segundo o qual, aos recursos interpostos com fundamento no Código Fux (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016), serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo Código.

2. A controvérsia de mérito da causa cinge-se a definir se a isenção do Imposto de Renda referida no art. 60., XIV da Lei 7.713/1988 exige a contemporaneidade dos sintomas da doença que acomete o contribuinte; ou se, ao revés, tal requisito é dispensável, bastando a comprovação do acometimento de alguma das moléstias listadas no dispositivo.

3. No caso dos autos, é importante relembrar que *a parte recorrente foi diagnosticada com cardiopatia grave, determinada pela oclusão, parcial ou completa, de um ou mais vasos coronarianos, artérias que irrigam o músculo cardíaco* (fls. 848). Tal circunstância foi certificada pela sentença, após a produção de prova pericial, e pelo acórdão recorrido, que adotou os fundamentos

Superior Tribunal de Justiça

do Juízo Sentenciante como razões decisórias.

4. Não pairam dúvidas, por conseguinte, quanto ao diagnóstico da parte recorrente. O argumento utilizado pelas instâncias ordinárias para negar-lhe a isenção foi, somente, a *inexistência de atualidade dos sintomas*, em razão do sucesso no tratamento da cardiopatia, por meio de intervenção cirúrgica realizada em 2016.

5. Outro detalhe relevante, também constatado pela Corte de origem, é que *a parte recorrente já apresentou, em duas situações, episódios agudos da cardiopatia*, a primeira vez no ano de 2009 e a segunda em 2016, e em ambas foi necessária a realização de procedimento de cateterismo (fls. 848/849). Isto é: a doença que aflige o contribuinte, além de sabidamente impor-lhe restrições e gastos adicionais, tem também natureza reincidente - ou, pelo menos, o risco da reincidência.

6. Diante do cenário delineado pelo aresto impugnado, percebe-se que este encontra-se em contrariedade com o entendimento deste Tribunal Superior. Afinal, conforme a Súmula 621/STJ, *a contemporaneidade dos sintomas não é um dos requisitos para a concessão da isenção prevista no art. 60., XIV da Lei 7.713/1988*.

7. O referido benefício independe da presença, no momento de sua concessão ou fruição, dos sintomas da moléstia, pois é de conhecimento comum que determinados males de saúde exigem, da pessoa que os teve em algum momento de sua vida, a realização de gastos financeiros perenes - relacionados, por exemplo, a exames de controle ou à aquisição de medicamentos. É o que dizem, a propósito, os julgados a seguir:

TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA. ISENÇÃO. ART. 60., XIV DA LEI 7.713/1988. PORTADOR DE NEOPLASIA MALIGNA. CONTEMPORANEIDADE DOS SINTOMAS. DESNECESSIDADE.

1. A jurisprudência desta Corte firmou-se no sentido de que a constatação da ausência de sintomas da doença que

Superior Tribunal de Justiça

amparou a concessão da isenção do Imposto de Renda sobre os proventos de aposentadoria, nos termos do art. 60., XIV, da Lei 7.713/1988, não tem o condão de revogar o mencionado benefício. No mesmo sentido: (...).

3. *Agravo interno não provido* (AgInt nos EDcl no REsp. 1.781.099/MG, Rel. Min. SÉRGIO KUKINA, DJe 29.4.2019).



RECURSO INTERPOSTO NA VIGÊNCIA DO CPC/2015. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3. RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA. ISENÇÃO COM BASE NO ART. 60., XIV DA LEI 7.713/1988. DOENÇA DE CHAGAS. USO DE MARCAPASSO. CARACTERIZAÇÃO DE CARDIOPATIA GRAVE. PRESENÇA DOS REQUISITOS AUTORIZADORES.

1. *A isenção do imposto de renda incidente sobre os proventos de aposentadoria percebidos por portadores de moléstias-graves nos termos art. 60., inciso XIV da Lei 7.713/1988 independe da contemporaneidade dos sintomas. Precedentes: (...).*

2. *Os laudos médicos oficiais ou particulares não vinculam o Poder Judiciário que se submete unicamente à regra constante do art. 131, do CPC/1973, e art. 371, do CPC/2015. Incidência da Súmula 598/STJ: É desnecessária a apresentação de laudo médico oficial para o reconhecimento judicial da isenção do imposto de renda, desde que o magistrado entenda suficientemente demonstrada a doença grave por outros meios de prova.*

3. *Situação em que o laudo médico particular faz prova ser o contribuinte portador da doença de Chagas e que, por tal motivo, faz uso de marcapasso, caracterizando a existência de cardiopatia grave, para os fins da isenção prevista no art. 60., inciso XIV da Lei 7.713/1988.*

4. *Recurso ordinário provido* (RMS 57.058/GO, Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, DJe 13.9.2018).



TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC/1973. INEXISTÊNCIA. IMPOSTO

Superior Tribunal de Justiça

DE RENDA. ISENÇÃO. ACÓRDÃO RECORRIDO EM CONFORMIDADE COM A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE SUPERIOR.

(...).

3. Para que o contribuinte faça jus à isenção do imposto de renda, nos termos do art. 60., XIV da Lei 7.713/1988, não se exige a demonstração da contemporaneidade dos sintomas, a indicação de validade do laudo pericial ou a comprovação de recidiva da enfermidade, uma vez que a isenção do imposto de renda, em favor dos inativos portadores de moléstia grave, tem como objetivo diminuir o sacrifício do aposentado, aliviando os encargos financeiros relativos ao tratamento médico. Precedentes.

4. Recurso especial a que se nega provimento (REsp. 1.706.816/RJ, Rel. Min. OG FERNANDES, DJe 18.12.2017).

8. Por isso, tendo o acórdão recorrido consignado que a cardiopatia do autor se configurou como grave, no ano de 2016 (fls. 850), não poderia ter afastado o seu direito ao benefício, ao argumento de que a doença teria perdido a gravidade, ante a ausência de contemporaneidade dos sintomas. Isso porque, uma vez acometido por moléstia classificada como grave, a simples falta de atualidade do quadro clínico agudo não prejudica o reconhecimento da isenção, na esteira dos julgados acima colacionados.

9. Conseqüentemente, deve ser reconhecido o direito do contribuinte ao gozo da isenção e à repetição do indébito. A respeito deste último ponto, é importante salientar que, consoante a orientação deste Tribunal Superior, *o prazo prescricional se inicia somente após a Declaração Anual de Ajuste*, de modo que o termo inicial da prescrição não se confunde com a mera retenção na fonte:

PROCESSUAL CIVIL. OMISSÃO QUANTO AO EXAME DE ALEGAÇÕES RELEVANTES. VIOLAÇÃO AO ART. 1022 DO CPC/2015 CARACTERIZADA.

1. Cuida-se, na origem, de ação ordinária por meio da qual a parte autora pretende a declaração de inexibibilidade de Imposto

Superior Tribunal de Justiça

de Renda incidente sobre verbas recebidas acumuladamente por força de decisão judicial.

(...).

3. Os pontos são relevantes, na medida em que a jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que, ressalvados os casos em que o recolhimento do tributo é feito exclusivamente pela retenção na fonte (rendimentos sujeitos a tributação exclusiva/definitiva), que não admite compensação ou abatimento com os valores apurados ao final do período, a prescrição da ação de repetição do indébito tributário flui a partir do pagamento realizado após a declaração anual de ajuste do imposto de renda e não a partir da retenção na fonte (antecipação). Precedentes: (...).

4. Recurso Especial parcialmente provido para determinar que o tribunal a quo efetue novo julgamento dos Embargos de Declaração, com exame explícito dos pontos indicados (REsp. 1.664.635/RS, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, DJe 12.9.2017).

✧ ✧ ✧

TRIBUTÁRIO. PRAZO DE PRESCRIÇÃO PARA A REPETIÇÃO DE INDEBITO NOS TRIBUTOS SUJEITOS A LANÇAMENTO POR HOMOLOGAÇÃO. ART. 30. DA LC 118/2005. TERMO INICIAL. IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE - IRPF FONTE. DATA DA RETENÇÃO (ANTECIPAÇÃO) VS. DATA DO PAGAMENTO APÓS A ENTREGA DA DECLARAÇÃO. RENDIMENTOS NÃO SUJEITOS A TRIBUTAÇÃO EXCLUSIVA/DEFINITIVA.

1. Tanto o STF quanto o STJ entendem que para as ações de repetição de indébito relativas a tributos sujeitos a lançamento por homologação ajuizadas de 9.6.2005 em diante, deve ser aplicado o prazo prescricional quinquenal previsto no art. 30. da Lei Complementar 118/2005, ou seja, prazo de cinco anos com termo inicial na data do pagamento. Já para as mesmas ações ajuizadas antes de 9.6.2005, deve ser aplicado o entendimento anterior que permitia a cumulação do prazo do art. 150, § 4o. com o do art. 168, I, do CTN (tese do 5+5). Precedentes: (...).

2. Ressalvados os casos em que o recolhimento do tributo é feito exclusivamente pela retenção na fonte (rendimentos

Superior Tribunal de Justiça

sujeitos a tributação exclusiva/definitiva), que não admite compensação ou abatimento com os valores apurados ao final do período, a prescrição da ação de repetição do indébito tributário flui a partir do pagamento realizado após a declaração anual de ajuste do imposto de renda e não a partir da retenção na fonte (antecipação). Precedente: (...).

3. *Caso em que o contribuinte ajuizou ação de repetição de indébito em 6.5.2011 postulando a restituição de IRPF indevidamente cobrado sobre verba de natureza indenizatória (PDV) recebida em 3.2.2006. Sabe-se que a declaração de ajuste é entregue em abril de 2007, ocasião em que também se dá o pagamento das diferenças. Desse modo, conta-se a partir daí o lustro prescricional, não estando prescrita a pretensão.*

4. *Recurso especial provido (REsp. 1.472.182/PR, Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, DJe 1o.7.2015).*

◆ ◆ ◆

TRIBUTÁRIO. REPETIÇÃO DO INDEBITO. PRESCRIÇÃO.

A retenção do imposto de renda na fonte pagadora não se assimila ao pagamento antecipado aludido no § 1o. do art. 150 do Código Tributário Nacional; a quantia retida na fonte pagadora não tem o efeito de pagamento, até porque toda ou parte dela poderá ser objeto de restituição, dependendo da declaração de ajuste anual.

A prescrição da ação de repetição do indébito tributário flui a partir do pagamento realizado após a declaração anual de ajuste do imposto de renda - dito pagamento antecipado porque se dá sem prévio exame da autoridade administrativa acerca da respectiva correção (CTN, art. 150, caput).

Embargos de declaração acolhidos com efeitos infringentes, porque do suprimento da omissão resultou diretamente a necessidade de alterar o julgado (EDcl nos EDcl nos EDcl no REsp. 1.233.176/PR, Rel. Min. ARI PARGENDLER, DJe 27.11.2013).

10. Assim, como a Ação foi ajuizada no ano de 2016, a parte recorrente faz jus à repetição dos valores que incidiram do ano-base de 2011 (cuja Declaração é apresentada em 2012) em diante, conforme requerido na petição

Superior Tribunal de Justiça

inicial.

11. Ante o exposto, dá-se provimento ao Recurso Especial do Contribuinte, a fim de julgar procedentes os pedidos iniciais, para: (a) declarar o seu direito à isenção do Imposto de Renda a que se refere o art. 60., XIV da Lei 7.713/1988; e (b) condenar a UNIÃO ao ressarcimento do Imposto de Renda incidente sobre os proventos de aposentadoria oficial e complementar, desde o ano-base de 2011 (objeto da Declaração de Ajuste de 2012).

12. Em razão da modificação do julgado, condena-se a UNIÃO ao pagamento de custas e honorários, estes fixados em 15% sobre o valor da condenação (mesmo percentual arbitrado pela Corte de origem - fls. 850). Se o proveito econômico exceder a 200 salários mínimos, sobre a parcela excedente incidirão honorários no percentual de 9%.

13. Afasta-se a condenação da parte recorrente nos ônus sucumbenciais.

14. É o voto.